

Notícias



Sob o signo da Ordem

III Congresso dos TOC representou a maior mobilização de sempre

Foi uma demonstração esmagadora de vitalidade da profissão. Ao longo de dia e meio, cerca de cinco mil e 400 Técnicos Oficiais de Contas estiveram reunidos no III Congresso, subordinado ao tema «Construindo o futuro.» Como fez questão de realçar o presidente da Direcção, Domingues de Azevedo, na sessão de abertura, «estamos a assistir ao maior evento que uma organização profissional alguma vez realizou em Portugal.»

A imponência do Pavilhão Atlântico, a qualidade das intervenções, a presença de representantes dos profissionais de todos os países da CPLP, o palco gigante, a projecção de imagens, a qualidade do som e até a possibilidade de seguir, na íntegra e, pela primeira vez, o acontecimento através do *site* da CTOC, com entrevistas e reportagens em permanência, levaram a que o III Congresso registasse, no final, um saldo extremamente positivo.

Porque o contexto convidava a falar de futuro, Sistema de Normalização Contabilística e passagem a Ordem foram dois dos temas obrigatórios na esmagadora maioria das conversas e intervenções. Ante uma vastíssima plateia, coube a Alves da Silva, secretário-geral do III Congresso, a abertura dos trabalhos. E o futuro, sempre ele, foi desde logo aí vincado: «Peço-vos a maior paciência para os novos desafios que aí vêm», alertou o também membro honorário da CTOC, numa clara alusão às alterações que o SNC obrigará. Alves da Silva não escondeu a sua satisfação pelo trajecto que a profissão tem vindo a percorrer, lembrando aos mais de cinco mil profissionais que «hoje somos uma Ordem e eu sinto-me orgulhoso pelo percurso que a profissão percorreu ao longo dos últimos 40 anos.» As palavras mereceram o primeiro grande aplauso do Congresso. Reposto o silêncio, foi a vez do presidente da sessão de abertura usar da palavra. Carlos Tavares,



O imponente Pavilhão Atlântico acolheu o maior evento alguma vez organizado pela CTOC

responsável máximo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), numa intervenção de cariz mais técnico, deixou clara a importância dos TOC, uma vez que «a informação financeira é elemento essencial do mercado de capitais. Quem investe precisa de o fazer com base em informação fidedigna e, por isso, é essencial que a informação nasça com qualidade.» Tavares foi mais longe e desejou que «neste processo que atravessámos, e que acredito seja de regeneração dos mercados, espero que os TOC tenham um papel especial.»

Partindo depois para uma análise sobre os últimos tempos dos mercados financeiros e das razões da sua turbulência, Carlos Tavares não se mostrou, propriamente, um incondicional adepto das normas internacionais de contabilidade, ao afirmar que elas «são baseadas em princípios e, estes, requerem interpretações que, por sua vez, não são uniformes, o que tem originado muitos problemas.» De qualquer forma, reconheceu que «não foram as normas que ditaram as dificuldades das instituições financeiras e afins.» Talvez por isso, o presidente da CMVM, profundo conhecedor dos mecanismos dos mercados e da sua especial psicologia, aconselhou a que o justo valor, «conceptualmente interessante», seja usado «com muita prudência. O justo valor fez o papel de mensageiro em relação à saúde de muitas empresas, trouxe más notícias, mas isso não deve ser razão para se matar o mensageiro. Temos que encontrar um equilíbrio entre o custo histórico e o justo valor.» Carlos Tavares, que se confessou «preocupado» com o facto de ver as normas internacionais de contabilidade serem «discutidas na cimeira do G-20 ou em fóruns semelhantes», uma vez que esses estão longe de serem «os palcos indicados para tais fins», terminou deixando a garantia de que o organismo a que preside «está de portas abertas» para eventuais colaborações e intercâmbios com a CTOC.

«Chegamos até aqui por direito próprio» (Domingues de Azevedo)

A mesa de abertura do Congresso contou ainda com Juarez Domingues Carneiro, vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) do Brasil, em representação da responsável máxima daquele organismo, Maria Clara Bugarim. Numa breve intervenção, este responsável, depois de ter apresentado cumprimentos da sua presidente e de António Lopes de Sá, confessou «a enorme satisfação» por estar, uma vez mais, entre os profissionais portugueses.

O responsável máximo dos TOC lusos falaria de seguida. Domingues de Azevedo mostrou-se convicto de que «estamos a construir as bases para um futuro mais sólido da Contabilidade e da Fiscalidade», antes de endereçar uma «saudação especial aos membros da CPLP» e ao bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto.

Depois, porque o tempo era para falar do futuro, Domingues de Azevedo recordou um pouco do passado para melhor perspectivar os tempos que se avizinham: «Chegamos até aqui por direito próprio. Ninguém nos fez favor algum. Conseguimos ser iguais a outras profissões em 13 anos. Esse reconhecimento não se pede, não se reclama, mas conquista-se.»

Pelo mesmo diapasão afinou o último orador da cerimónia de abertura. «A passagem a Ordem foi uma conquista dos profissionais e Domingues de Azevedo é o grande responsável pelo facto de termos trilhado este caminho.» O presidente da Mesa da AG da CTOC, que não se alongaria muito na sua exposição, confidenciou ainda, em tom humorado, que «às vezes, tenho medo da criatividade e dinamismo excessivo que ele tem.» Houve sorrisos, os inevitáveis aplausos e o registo de que a primeira etapa do III Congresso terminava com “bons receios.”

Seguiu-se a parte técnica. Traduzindo por números: 10 painéis e 26 oradores provenientes de todos os pontos cardeais e dos quatro cantos do mundo, cujo resumo das intervenções pode consultar nas páginas seguintes.



O futuro símbolo da Ordem dos TOC foi revelado



«A Normalização Contabilística»

O primeiro painel do dia foi dedicado ao tema «A Normalização em Portugal.» Avelino Antão presidiu à mesa, enquanto as intervenções de fundo estiveram a cargo de Cunha Guimarães e Lúcia Lima Rodrigues.

A teoria e a prática na profissão (Cunha Guimarães)

«É a história da Contabilidade que distingue a nossa profissão», começou por dizer, em jeito de introdução, Avelino Antão, presidente do Conselho Técnico da Câmara. Joaquim Cunha Guimarães, após homenagear Rogério Fernandes Ferreira e Camilo Cimourdain de Oliveira, abordou a complexa problemática das NIC, tendo salientado que estas «trouxeram uma aproximação ténue da Fiscalidade à Contabilidade.» O presidente do Conselho Fiscal da Câmara e vogal da Comissão de História da Contabilidade lembrou algumas etapas fundamentais para a profissão, começando por destacar, em 1963, o Código da Contribuição Industrial, em 1977, a aprovação do primeiro POC, em 1989, o segundo POC e, finalmente, em 2010, o novo SNC. «A ligação da teoria à prática é cada vez mais importante na profissão», sintetizou.

«Um sonho concretizado» (Lúcia Lima Rodrigues)

O outro orador do primeiro painel foi Lúcia Lima Rodrigues. A presidente da Comissão de História da Contabilidade da CTOC fez uma resenha das etapas ultrapassadas até à adopção de uma linguagem universal. A partir de 2001, o IASB assume-se como o «orientador incontestável» das novas normas mundiais. A alteração dos estatutos da Câmara não podia ser contornada, tendo Lúcia Rodrigues apelidado este momento de «sonho concretizado.» «Em 1983, quando comecei, a profissão não estava organizada. 26 anos depois congratulamo-nos com este reconhecimento que se impunha. A Contabilidade é um bem social», disse.

«Sistema de Normalização Contabilística»

O segundo painel do dia foi dedicado a um dos temas da actualidade: o Sistema de Normalização Contabilística. Numa mesa presidida por Domingos Cravo, presidente da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), Carlos Grenha e Pinheiro Pinto esgrimiram argumentos pró e contra o novo modelo contabilístico.

«Futura Ordem deverá ser efectiva e incisiva» (Carlos Grenha)

Carlos Grenha, um dos autores do livro «Anotações ao SNC» levou até à vasta plateia o tema «O SNC no contexto global.» O orador fez uma breve resenha histórica do percurso que levou à criação do SNC quer numa perspectiva global quer numa perspectiva nacional, recordando a lisura de todo o processo, ao afirmar que nenhum outro documento «esteve tanto tempo em discussão pública e recebeu tantos contributos.» Grenha não tem dúvidas de que será exigido aos TOC «um grande esforço», acentuando também que, face à natureza do tecido empresarial português, «a norma PE será aplicada à generalidade das empresas, o que não trará particulares divergências face àquilo que até hoje os profissionais estavam habituados.» Enumerando depois as vantagens do SNC, Carlos Grenha apontou a modernidade do relato financeiro e a potencial redução do risco de informação como dois dos vectores a ter em conta, apontando, por outro lado, a maior subjectividade e complexidade das normas, entre outros, como pontos negativos. O orador defendeu ainda que a futura Ordem dos TOC deverá ter uma actuação «efectiva, incisiva e de permanente apoio aos profissionais.»

«Endossar as normas para outro país» (Pinheiro Pinto)

A intervenção seguinte, a cargo de José Alberto Pinheiro Pinto, analisou «O SNC e a estrutura empresarial portuguesa.» Humorado quanto baste, mas também crítico feroz, este professor universitário garantiu que não vai «deixar de contestar normas mal feitas só porque me dizem que são inevitáveis.» No seu registo habitual, continuou a disparar, lembrando à plateia que sempre foi «a favor da normalização internacional, mas não desta. É preciso que as normas sejam aceitáveis.» Desfiando uma série de problemas encontrada nas normas, Pinheiro Pinto criticou as opções terminológicas, rematando: «Sou a favor do endosso das normas para outro país.»

Num tom crítico e vibrante, o orador referiu-se ainda à estrutura conceptual como algo que «não serve para nada. Hoje vejo a noção de activo e não sei o que aquilo quer dizer», afirmou, ao mesmo tempo que apontava também a elevada complexidade das normas como outro factor criticável: «Não aconselho a ninguém a sua leitura exaustiva.»



O vice-presidente do CFC, Domingues Carneiro e o presidente da CMVM, Carlos Tavares, participaram na sessão de abertura dos trabalhos

«A Contabilidade Pública»

«As tendências evolutivas da Contabilidade em Portugal» foi o tema escolhido para encerrar os trabalhos da manhã do dia 24. O presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, presidiu a este painel que contou com a presença de João Carvalho e Pedro Camões, responsáveis pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

«Informação mais clara e transparente» (João Carvalho)

Guilherme d'Oliveira Martins resumiu a sua breve intervenção na qualidade de presidente da mesa deste painel à crise mundial: «Os acontecimentos obrigaram a mais exigência, rigor, disciplina e boas contas, contrariando a tendência da ilusão contabilística». O presidente do Tribunal de Contas relevou o trabalho no domínio autárquico em Portugal, onde os «progressos têm sido maiores» do que na administração central, cujos organismos seguem menos as recomendações. João Carvalho lembrou que 12 anos depois da aprovação do POCP, os resultados dos serviços da administração central continuam a revelar escassa fiabilidade», sendo a informação pouco perceptível para o cidadão, devido ao seu grau de complexidade. Por outro lado, o coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses entende que esta publicação tem sido «relevante» para a implementação do POCAL. «É preciso simplificar a informação na administração pública», apelou o especialista que defendeu uma reforma da Contabilidade Pública.

João Carvalho estima, deste modo, o futuro da Contabilidade: «Mais clara e responsável, mais transparente, mais útil e credível para o cidadão, com a responsabilização dos gestores nos gastos públicos e na boa governação.»

«Cultura e orçamento de despesas» (Pedro Camões)

O seu colega de trabalho no Anuário, Pedro Camões, esmiuçou a ideia de *accountability*, uma expressão anglo-saxónica com várias acepções, a saber: prestação de contas, responsabilidade interna e capacidade de dar resposta às necessidades. À semelhança do seu antecessor, Camões salientou a importância da informação do desempenho do sector público e o conceito de prestação de contas, reforçando a confiança entre eleitos e eleitores. Pedro Camões concluiu a sua análise declarando que «apenas uma cultura de desempenho torna possível a execução de um orçamento de desempenho.»

Livro «Anotações ao SNC»

Logo após a pausa para almoço, decorreu a apresentação do livro «Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística», da autoria de Carlos Grenha, Domingos Cravo, Luís Baptista e Sérgio Pontes. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais elogiou os quatro autores pela edição em tempo recorde do primeiro livro sobre esta temática, que efectua uma interpretação normalizada do novo modelo, e que promete transfigurar a face da Contabilidade. «Os receios de mudança de um sistema com 30 anos revelaram-se infundados», rematou o governante.

«Tributação directa»

A sessão vespertina foi dedicada à Fiscalidade. Primeiro à «Tributação directa.» Xavier de Basto presidiu ao painel que trouxe até ao III Congresso Manuel Faustino e Vasco Branco Guimarães.

«IRS: evolução em ziguezague» (Manuel Faustino)

«Tendências recentes da evolução do imposto sobre o rendimento pessoal» foi o título da comunicação de Manuel Faustino. Profundo conhecedor da matéria, o orador começou por falar dos modelos alternativos, passando depois para a abordagem das tendências de reformas recentes, onde enumerou *itens* como o alargamento da base tributária, a redução da progressividade formal, a preocupação com a família, a simplificação ou a discriminação positiva do trabalho. «Onde é que, no futuro, os desempregados de hoje podem deduzir as despesas suportadas com a valorização profissional?», questionou relativamente a este último ponto.

Olhando para os 20 anos de IRS em território nacional, Manuel Faustino, ele que é considerado um dos “pais” do imposto, caracterizou a sua evolução como sendo feita em «ziguezague», alertando para o facto de o IRS se ter «afastado



O presidente do Tribunal de Contas sublinhou que a exigência e o rigor das contas substituíram a «ilusão contabilística»

dos princípios do rendimento líquido», e de se ter assistido a um «aumento excessivo da complexidade.»

Como princípios programáticos para a evolução, Faustino, entre outros pontos, falou na «aceitação do desajustamento actual do princípio constitucional que aponta para a tributação unitária», eliminação de benefícios fiscais que não cumpram a finalidade para que foram criados e, sobretudo, «simplificação e estabilidade.»

«Valorizar o capital» (Vasco Branco Guimarães)

Vasco Branco Guimarães trouxe uma enorme interrogação à sala do Atlântico: «IRC – que futuro?» Depois de passar em revista os tempos remotos do imposto, Guimarães debruçou-se sobre a realidade empresarial portuguesa, alertando para o facto de sermos um país de pequenas e médias empresas e de se registar «ausência de multinacionais relevantes. As nossas grandes empresas não passam da mediania a nível europeu ou mundial», constatou, para diagnosticar, de seguida, um problema complicado: «A grande maioria das PME depende do Estado.»

Por isso, há muitas contradições não resolvidas. Desde a ausência de neutralidade, «ao tratamento discriminatório entre individuais e pessoas colectivas para um mesmo tipo de rendimento», ao não favorecimento da capitalização, este docente universitário de tudo falou. «Somos uma economia aberta sem capital. Diz-se mesmo que favorecemos quem vem de fora e não quem está cá dentro.» Continuando na senda deste raciocínio, o orador evidenciou o estranho *portuguese way of life*: «Quando temos uma grande empresa, é para deitar abaixo. Talvez fosse a altura de ajudarmos quem quer ser grande.»

Por estas e outras razões, Vasco Guimarães não tem dúvidas de que é urgente «melhorar o sistema de IRC para valorizar o capital e, dessa forma, valorizar os empresários portugueses.» Até porque, como fez questão de lembrar «o ciclo da Índia já acabou, o do Brasil e de África também e o do Europa está a terminar. Depois, ficaremos só nós...»

«Tributação indirecta»

Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins presidiu a um painel de oradores cem por cento femini-

no. Angelina Tibúrcio e Clotilde Palma dissertaram sobre a tributação indirecta.

«Directiva moderniza a facturação dos operadores económicos» (Angelina Tibúrcio)

Após as boas-vindas ao painel sobre «Tributação indirecta» por parte de Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins, a primeira intervenção pertenceu a Angelina Tibúrcio, que se debruçou sobre a nova directiva da facturação, «um tema caro aos TOC», como enfatizou, em vigor nos 27 Estados da União Europeia, em 2013. A subdirectora das finanças efectuou uma resenha da evolução da factura, de há 50 anos a esta parte, até aos nossos dias. «A factura é um autêntico título de crédito na posse de um sujeito passivo, mas também serve para a fraude», alertou. O impulso das novas tecnologias, em especial na área do comércio electrónico, abriu caminho aos documentos desmaterializados. A Comissão Europeia, para estimular a factura electrónica e, conseqüentemente, diminuir os custos e combater a fraude e evasão fiscais, elimina alguns obstáculos existentes, com nova proposta aprovada em 2008 e que, previsivelmente, entrará em vigor em 2013, mas está dependente do «jogo de interesses entre Estados membros.» Segundo Angelina Tibúrcio, «esta directiva harmoniza, simplifica e moderniza a facturação dos operadores económicos.»

«Portugal vai perder competitividade» (Clotilde Palma)

Clotilde Celorico Palma centrou a sua intervenção na nova directiva que altera o artigo 6.º do Código do IVA, no que concerne às regras de localização das prestações de serviços. «O “terror” do CIVA vai “emagrecer”, diminuindo patamares, simplificando e racionalizando, mas mantendo, ainda, alguma complexidade ao nível da qualificação das operações», disse. A advogada especialista em Direito Fiscal concluiu a sua dissertação afirmando que «as operações que sofrem mais alterações são as realizadas entre sujeitos passivos e as abrangidas pelas excepções relativas às operações realizadas entre sujeitos passivos e particulares». As conseqüências para Portugal

não são as melhores: a perda de competitividade das novas regras de localização das prestações de serviços de telecomunicações e das prestações de serviços efectuadas por via electrónica. «As empresas sediadas na Madeira vão deslocar-se», prevê Clotilde Palma.

Guilherme Waldemar estima que as alterações das regras de localização «vão criar perturbações e instabilidade aos contribuintes.»

«Os direitos dos contribuintes no procedimento fiscal»

António Carlos dos Santos, membro do GECTOC e professor universitário, presidiu ao painel de encerramento do primeiro dia do Congresso, dedicado aos «Direitos dos contribuintes no procedimento fiscal.»

O «erro imputável aos serviços» (António Moura Portugal)

António Moura Portugal debruçou-se sobre «A revisão dos actos tributários na jurisprudência fiscal portuguesa.» Depois de analisar as garantias dos contribuintes, os respectivos meios impugnatórios e não impugnatórios, o orador debruçou-se sobre os pontos em aberto para a jurisprudência decidir. «Qual a natureza do meio impugnatório? É uma faculdade da administração tributária? Pode negar-se a apreciar o pedido? Quais os prazos para lançar mão desse meio? Quais as conseqüências? Como interpretar as limitações constantes do artigo 78.º da Lei



A profissão nos países da CPLP juntou representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor, para além de Portugal



Geral Tributária? Qual o sentido e alcance da expressão “erro imputável aos serviços”? foram muitas das interrogações deixadas no ar e para as quais o orador apresentaria respostas.

Por exemplo, no tocante aos prazos, Moura Portugal referiu os «120 dias com fundamento em qualquer ilegalidade; quatro anos com fundamento em “erro imputável aos serviços”». Relativamente ao artigo 78.º da LGT, socorrendo-se do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 21 de Janeiro do ano corrente, o jurista lembrou que «erro imputável aos serviços é qualquer erro – de facto ou de direito – englobando qualquer ilegalidade não imputável ao contribuinte.» No que diz respeito ao facto de o pedido de revisão poder ou não suspender a execução fiscal, de acordo com a mais recente corrente jurisprudencial, afirmou o orador, tem sido levada em conta a distinção dos prazos em que a revisão é apresentada. Por outro lado, fora dos prazos de reclamação graciosa tem sido negado o efeito suspensivo.

«Temos um Estado fedorento» (João Ricardo Catarino)

«Tributar e agradar não é acessível aos homens.» A frase de Edmund Burke foi usada com insistência por João Ricardo Catarino para melhor ilustrar a dificuldade existente quando se envereda pela problemática dos impostos. Debruçando-se sobre «Os direitos dos contribuintes no procedimento fiscal», este professor universitário do ISCSP deixou no ar a interrogação: «Temos garantias, mas será que estamos satisfeitos com elas?» Desde logo, apresentou alguns problemas, como a efectivação prática, o facto de o Estado ser o meio de efectivação da tutela, os custos, a morosidade, dificuldade em inovar ou a mentalidade. Sobre este último tópico, Catarino considerou mesmo que «esta é a pior das reformas e esse problema permanece.»

Num estilo muito directo e sem poupar na adjectivação, depois de analisar alguns dos prós e contras da arbitragem como possibilidade de resolução de conflitos e de chegar mesmo a defender que esse caminho «não é compatível com o actual Estado de Direito», Catarino defendeu que «temos um Estado fedorento que necessita de ser arejado. Temos que despir o Estado dos conceitos antigos. O Estado tem que ser uma jurisdição dos cidadãos.» Contudo, lembrou João Ricardo Catarino, «não podemos esperar que o Estado se dispa completamente. O Estado precisa de receitas.»

«Acesso à profissão»

O painel que inaugurou o segundo dia de trabalhos foi dedicado ao «Acesso à profissão.» A reitora da Universidade de Aveiro, Maria Helena Nazaré, presidiu a uma mesa que integrava Ezequiel Fernandes e Maria Amélia Nunes de Almeida.

«Formar profissionais competentes» (Ezequiel Fernandes)

Ezequiel Fernandes, presidente da Comissão de Inscrição da CTOC, destacou a importância do estágio profissional dos TOC como forma de imprimir mais confiança, responsabilidade e sensibilidade para as questões de natureza ética que se deparam ao desempenho da profissão. «Os exames a realizar em 2010 introduzirão as alterações suscitadas pelo novo modelo contabilístico», anunciou Ezequiel Fernandes. «A formação é fundamental no acesso ao exercício profissional, promovendo os valores da exigência e do rigor», acrescentou o responsável da Câmara, tendo reiterado o compromisso da CTOC em contribuir para formar profissionais competentes, restaurando o clima de confiança da informação que é produzida.

«Conhecimento é o principal factor de produção» (Maria Amélia Nunes de Almeida)

Maria Amélia Nunes de Almeida descreveu o «salto qualitativo» operado pela profissão de Técnico Oficial de Contas de 1995 a 2009, culminando com a transformação da Câmara em Ordem. «Este facto aumenta o prestígio da Instituição aos olhos da sociedade», disse a ex-professora coordenadora do ISCAL. A clarificação das funções dos TOC e a alteração da orgânica interna da Instituição, nomeadamente através da criação da figura do bastonário, são algumas das mais relevantes mudanças decorrentes da alteração estatutária. No plano formativo, Amélia Nunes de Almeida alertou para a necessidade de os TOC, os já profissionais e os que agora abraçam esta actividade, estarem preparados para uma mudança constante, em permanente articulação com as instituições de ensino superior, o mercado de trabalho e a Câmara. O segredo para o sucesso é, segundo a docente, a aprendizagem. «O conhecimento é o factor de produção principal, destronando a mão-de-obra e assumindo-se como um elemento capital de competitividade.»

«Ética e deontologia profissional»

O segundo dia de Congresso foi dedicado a questões específicas da profissão. «Ética e deontologia profissional» foi o tema do segundo painel, presidido por uma das grandes referências da Contabilidade portuguesa: Hernâni O. Carqueja.

«Só uma profissão consciente pode exigir respeito» (José António de França)

«Ética na profissão de contabilista (deontologia)» foi apresentado com sotaque. José António de França, presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, começou por uma contextualização histórica sobre o que é a ética, definindo-a como «um conjunto de princípios que rege ou orienta a acção das pessoas e das sociedades na busca do equilíbrio.» Relativamente à deontologia, o orador brasileiro definiu-a, num entendimento contextualizado, como «uma ética específica dirigida à conduta do exercício de uma profissão» ou, por outras palavras, «conjunto das obrigações princípios e normas construídas por uma categoria profissional.»

António de França, num contexto global de aplicação das IFRS, deixou no ar diversas interrogações. «A ética profissional do contabilista seria globalizada? A previsão de penalidades levaria em consideração a cultura de cada sociedade?» Seja qual for a resposta, uma coisa parece certa: «Só uma profissão consciente pode exigir ser respeitada.»

«SNC vai criar muitos problemas éticos» (Alberto Barata)

Alberto Barata debruçou-se em profundidade sobre as questões éticas, deontológicas e profissionais. Começando por lançar mão a um pensamento de Benjamim Franklin, de que «a honestidade é a melhor política», este professor universitário passaria depois para a abordagem a alguns pressupostos relevantes para proporcionar um bom desempenho ético, deontológico e profissional, antes de se debruçar sobre questões mais directamente relacionadas com os TOC. «O SNC e a filosofia que lhe está subjacente vão criar muitos problemas éticos aos profissionais pondo em causa os pretendidos patamares mais elevados, face às bases pouco consistentes e subjectivas de muitas das opções tomadas, que representam verdadeiros alcapões para qualquer profissional que se preze, embora possam satisfazer eventuais e po-



A transversalidade dos temas abordados foi a tônica do III Congresso dos TOC

derosos interesses», afirmou o orador, para quem «o estatuto e o prestígio que os TOC hoje desfrutam e as subjacentes responsabilidades sociais, fazem jus às elevadas expectativas da sociedade relativamente ao seu desempenho e seriedade.»

A finalizar, Alberto Barata desejou que os TOC sejam «os garantes da credibilidade da informação financeira e dos interesses da comunidade e não apenas dos gestores e accionistas, uns e outros, quantas vezes, ávidos de prémios, dividendos e mais-valias a qualquer preço!»

«Estatuto e o papel da regulamentação»

Duarte Abecasis presidiu ao painel onde se discutiu de forma mais aprofundada a alteração ao Estatuto da Câmara, por parte do seu responsável máximo. Juarez Domingues Carneiro apresentou a configuração do universo contabilístico do outro lado do Atlântico.

«Oportunidade única para alterar Estatuto» (Domingues de Azevedo)

O presidente da CTOC, Domingues de Azevedo, enunciou as principais alterações ao Estatuto da CTOC, tendo salientado como conquistas a inscrição na futura OTOC de um responsável técnico da sociedade de contabilidade, que assegurará o cumprimento das regras estatutárias e deontológicas, bem como o atendimento preferencial dos TOC em todos os serviços da Direcção-Geral dos Impostos e Direcção-Geral das Alfândegas e impostos especiais sobre o Consumo. «O ano de 2009 ficará, para



O bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto e Domingues de Azevedo confraternizam, momentos antes da sessão de abertura do Congresso

sempre, associado à mais importante reforma das regras contabilísticas e da nossa profissão», resumiu o responsável máximo da Câmara. Domingues de Azevedo defendeu ainda que o grande passo que decorre da passagem a Ordem é a igualdade de tratamento da profissão de TOC com outras congéneres. «Esta é uma oportunidade única para alterar o Estatuto. Estamos convencidos de que este é o melhor caminho», acrescentou Domingues de Azevedo aproveitando o ensejo para mostrar o novo símbolo da futura Instituição a todos os presentes.

«Compromisso profissional» (Juarez Domingues Carneiro)

Juarez Domingues Carneiro, vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil, deu a conhecer a estrutura orgânica das entidades contabilísticas do seu país, onde existe um Conselho Federal que superintende 27 conselhos regionais. No Brasil existem mais de 400 mil «contadores» e um número superior a 70 mil organizações contabilísticas. O dirigente do CFC salientou a especificidade da profissão: «As atribuições e as responsabilidades, sejam estas de carácter técnico-profissional ou social, exigem habilidades e competências que somente este profissional pode satisfazer ou atender.» Domingues Carneiro disse ainda que a globalização e a eliminação de fronteiras obrigam a que os TOC estabeleçam compromissos na profissão, em matéria de assuntos internos, e redobrem a sua exigência para com o exterior, em especial devido ao novo mundo econó-

mico que se abre. Uma palavra derradeira para os colegas portugueses: «Parabéns aos TOC de Portugal pela merecida conquista da sua Ordem.»

«A profissão nos países da CPLP»

Os vários sotaques da lusofonia encerraram o III Congresso. O último painel, dedicado à «Profissão nos países da CPLP» foi presidido por Artur Lami, vice-presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), em representação do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Por ordem alfabética, a plateia viu desfilar a descrição de realidades díspares e heterogéneas. Começamos por Angola. Jorge Figueira lembrou que a profissão está ainda «a dar os primeiros passos, alguns deles muito hesitantes», falando, por exemplo, na «ausência quase total de técnicos nas áreas contabilísticas e afins.» A guerra que durante décadas destroçou o país impediu o desenvolvimento e «só de 2002, fruto da paz, é que começamos a olhar em frente, mas havia muitas outras prioridades.» A terminar, o representante angolano enalteceu a ideia conjunta da CTOC e do CFC que visa permitir a transferência de conhecimentos de Portugal e Brasil para os restantes países de língua oficial portuguesa.

Do Brasil, Juarez Domingues Carneiro debruçar-se-ia, sobretudo, sobre o ensino. O vice-presidente do CFC afirmou que, no gigantesco país sul-americano existem «1 052 estabelecimentos de ensino superior a leccionar Contabilidade.» Se o número de escolas impressiona, já a contagem de professores desilude. «Temos um pouco mais de mil mestres e 500 doutores nestas áreas, o que nos deixa com muitas carências a este nível.»

De Cabo Verde, Francisco Lima Fortes trouxe uma realidade promissora. «Esta possibilidade proporcionada pela CTOC de trocarmos experiências com os restantes países de língua portuguesa, é um exemplo de como devemos construir a CPLP», começou por referir o orador que admitiu que o país vive «um período turbulento em termos de Contabilidade, fruto do nosso desenvolvimento económico.» Lima Fortes revelou ainda que «neste momento existe uma comissão instaladora da Ordem com o objectivo de inscrever, recensear e realizar as eleições.»

Da Guiné-Bissau, António Saraiva relatou uma vivência bem mais difícil. Conhecidas as dificuldades e constrangimentos do país, o orador referiu



O Congresso dos TOC revelou-se inovador em vários domínios. Pela primeira vez os novos membros aprovados no último exame receberam os certificados durante o evento e não na sede da CTOC, como tem sido habitual. Um momento muito especial para os 37 novos profissionais que tiveram um «baptismo» de fogo perante a sala repleta do Atlântico

que a profissão «é exercida em regime de exclusividade» e classificou a situação «de um enorme vazio», lembrando que muitos dos lugares disponíveis «são ocupados por profissionais das empresas estrangeiras.» António Saraiva não terminaria sem salientar ainda «a pouca exigência» do fisco. Seguiu-se Moçambique. O representante deste país salientou o facto do quadro legal «ter como fonte de inspiração a legislação portuguesa», referindo ainda que a profissão conheceu «progressos significativos nos últimos dez anos.» Em Moçambique, «não há organização representativa da classe a nível nacional» mas é convicção do orador que «até 2010 teremos a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique.»

«Recusamos ser cobradores de impostos» (Armando Marques)

A profissão em Portugal foi analisada por Armando Marques. O vice-presidente da Direcção da CTOC começou por rever o passado («Quem fomos»), passando para o presente («Quem somos») para perspectivar depois o futuro («Quem queremos ser»). Se o passado é conhecido e o presente é uma evidência, vale a pena destacar o que defendeu Armando Marques para o futuro. No entender deste responsável, «o TOC quer ser o parceiro nas decisões empresariais» mas deixou também o aviso: «O TOC recusa ser o cobrador de impostos por incapacidade de terceiros.» Por outro lado, defendeu o vice-presidente da CTOC, o profissional pretende «ajudar à mudan-

ça de mentalidades nos empresários» e ser «parte da solução para um futuro melhor.»

Armando Marques não esqueceu ainda as questões éticas e deontológicas, referindo que o enfoque no futuro passa por uma «profissão digna, honesta e prestigiada», não terminando sem referir a inevitabilidade do «reconhecimento público da nossa Instituição, com a sua transformação em Ordem.»

Nilton Cravid, em representação de S. Tomé e Príncipe, revelou alguns pormenores interessantes. A classe está regulada por decreto público desde 1994 e existe «a exigência de formação superior em Contabilidade ou áreas afins.» Isto é a teoria, visto que a prática parece ser bem diferente. «Os TOC têm exercido a sua actividade sem qualquer credenciação para o efeito», apontou Cravid. Por isso, num futuro próximo, será urgente «a organização efectiva dos TOC e a introdução do novo plano de Contabilidade», sustentou ainda o orador são-tomense.

Sara Brites Lobo fechou este ciclo dedicado aos países de língua oficial portuguesa. A representante de Timor-Leste traçou um breve retrato da realidade contabilística do seu país, com especial enfoque para as questões em torno da contabilidade pública, salientando o papel fulcral da Direcção Nacional do Tesouro.

«A justiça prevaleceu» (Carlos Lobo)

Antes do encerramento, Alves da Silva, secretário-geral do Congresso, dirigiu uma curta mensagem

aos TOC presentes no Pavilhão Atlântico, começando por lembrar «datas históricas» para os profissionais: 1759, a primeira Aula do Comércio e 2010, com a implementação do SNC e a passagem da CTOC a Ordem. Este profissional, com 50 anos de carreira, referiu que «os contabilistas do futuro serão os preparadores de documentos financeiros consubstanciados no SNC.» Sobre a alteração do Estatuto da Câmara, considerou tratar-se de uma «nova fronteira», introduzindo redobradas responsabilidades. «Pela frente têm um trabalho extraordinário de leitura, estudo e preparação», alertou.

Domingues de Azevedo classificou o evento como «digno da nossa Instituição e da profissão que abraçámos.» O presidente da CTOC elogiou o «sacrifício profissional e pessoal» que muitos milhares de Técnicos Oficiais de Contas fazem só para frequentarem acções de formação de extrema utilidade para a sua actividade diária. Os números comprovam a justeza destas palavras. Os serviços da CTOC registavam, até ao dia 25 de Setembro, cerca de 97 mil inscrições para as acções de formação promovidas pela Câmara nos últimos quatro meses deste ano. «Esta foi mais uma manifestação de força dos TOC e constitui uma real expressão social da classe. Hoje construímos parte do nosso futuro. Valeu a pena», rematou.

Manuel dos Santos começou por homenagear Rogério Fernandes Ferreira, ausente por motivos de saúde, salientando a «estima e admira-

ção pelo professor.» O presidente da Mesa da Assembleia-Geral da CTOC congratulou-se pelo êxito dos trabalhos, afirmando, contudo, «que seria necessário mais tempo para debater estas matérias», e pela capacidade de mobilização da Instituição: «A força da CTOC não pode ser ignorada por ninguém.» Manuel dos Santos referiu ainda que «a defesa intransigente da cidadania fiscal e a garantia dos direitos dos contribuintes» deve ser um princípio orientador do sistema tributário, onde se incluem os TOC.

As últimas palavras pertenceram ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo. O governante declarou que «é em tempos de crise que se deve preparar o futuro.» Melhorar o sistema fiscal e contabilístico de forma permanente, preparando as estruturas, foi um dos desafios elencados por Lobo. «Por isso tivemos tanto empenho na aprovação do SNC que os TOC vão implementar», acrescentou. «Portugal tem que estar mais integrado na economia global, recusando a tese do “orgulhosamente sós”.» Sobre os Técnicos Oficiais de Contas, Carlos Lobo destacou o seu papel na «criação de valor», qualificando de «reconhecimento justíssimo» a passagem da Câmara a Ordem profissional. «A forma pouco compreensiva como este acto de justiça foi recebido na Assembleia da República, surpreendeu-me. Deve existir luta política, mas jamais prejudicando os que estão no terreno», confessou. «Felizmente, a justiça prevaleceu», disse.



Os representantes da lusofonia reunidos para a “foto de família” no epílogo dos trabalhos



Novo livro de Cunha Guimarães - «A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal» é o título da mais recente obra de Joaquim da Cunha Guimarães, presidente do Conselho Fiscal e vogal da Comissão de História da Contabilidade da CTOC. O livro, editado pela «Vida Económica», tem 736 páginas e foi apresentado no decurso do III Congresso. Na ocasião, o autor, visivelmente emocionado, confessou que «as motivações para esta obra vêm de longe, dos meus tempos de estudante» e classificou-a como «a cereja em cima do bolo. Parece-me que não serei capaz de fazer nenhuma obra tão importante como esta.»

Domingues de Azevedo, por seu lado, desafiou os TOC a investigarem e publicarem os seus trabalhos. Referindo-se, em concreto, à obra, o presidente da Direcção “desmentiu” o autor garantindo que «esta não é ‘a cereja em cima do bolo’. Outras obras mais importantes se seguirão.»

Este sétimo livro de Cunha Guimarães resulta de uma compilação de 28 artigos – 27 do autor e um de Hernâni O. Carqueja – sobre as três áreas descritas no título e é prefaciado por Domingues de Azevedo. É, igualmente, o corolário da investigação que o autor tem realizado na Comissão de História de Contabilidade da CTOC.

Stock options - Paulo Faria, Renato Pereira e José Vieira dos Reis são os autores do livro «*Stock options – Elementos financeiros, contabilísticos e fiscais*» apresentado no segundo dia do III Congresso. Com prefácio de Domingues de Azevedo, e editado pela Bnomics, esta obra, referiu Paulo Faria, debruça-se sobre um tema «com investigação incipiente em Portugal, mas que ganhou nova



luz com as normas internacionais de contabilidade.» Na sessão de lançamento, Domingues de Azevedo salientou que a obra «trata de um tema que começa a fazer parte da vida das nossas empresas» e regozijou-se com o «interesse que os TOC têm revelado na publicação de livros», salientando que «há dez anos era impensável assistirmos a lançamentos com esta regularidade.»

Nota: A maioria das comunicações do III Congresso pode ser consultada, na íntegra, na «Pasta TOC».

A fiscalidade em versão política

Conferência CTOC /TSF: «Perspectivas fiscais e recuperação económica»

Com as máquinas partidárias a postos e o País preparado para assistir a uma campanha eleitoral acesa, estava criado o cenário ideal para ouvir e perceber quais as propostas, na área fiscal e de combate à crise, que os cinco principais líderes partidários tinham a propor ao País.

A CTOC e a TSF lançaram mãos à obra e, em conjunto, apresentaram a conferência subordinada ao tema «Perspectivas fiscais e recuperação económica.» Cerca de mil e 400 pessoas, a sua esmagadora maioria Técnicos Oficiais de Contas, esgotaram o grande auditório do Centro Cultural de Belém, no dia 10 de Setembro, para ouvirem ideias e propostas capazes de sustentar e satisfazer as mais variadas ideologias. Um dia em cheio que não terminaria sem que José Sócrates, primeiro-ministro, confirmasse a passagem da Câmara a Ordem.

A sessão de abertura, já com Manuela Ferreira Leite na mesa, começou com Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC, a sintetizar o grande objectivo da iniciativa: «Só compreendendo melhor as ideias de cada um,

é que poderemos perceber a sua exequibilidade.» Paulo Baldaia, director da TSF, aproveitou para agradecer a disponibilidade demonstrada por todos os oradores, lançando, de imediato, a “ponte” para a primeira intervenção do dia.

Carga fiscal excessiva (Manuela Ferreira Leite)

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, abriu as “hostilidades”, prometendo um «combate tenaz à despesa pública» com o objectivo de conseguir «margem para baixar os impostos, se quisermos sair da situação de anemia económica em que nos encontramos.»

A economista defendeu que Portugal tem uma «carga fiscal excessiva» e não crescerá enquanto não a reduzir. «Se não conseguirmos resolver isso, não ultrapassaremos nenhum dos problemas que nos afligem: défice público, endividamento externo, desemprego e desigualdade da distribuição de rendimentos», afirmou, lançando mão a números que mostravam que Portugal é o sexto país da UE com a taxa de esforço fiscal mais elevada.



O primeiro-ministro José Sócrates foi o último orador da conferência promovida em conjunto pela CTOC e a TSF



«O objectivo fundamental do combate à despesa pública só pode ser a possibilidade de baixar os impostos. O meu combate à despesa não é para ter margem para fazer mais despesa, é para ter folga para baixar os impostos», frisou a ex-ministra das Finanças.

Lembrando à vasta assistência que «em 2005, assistimos ao maior aumento de impostos de que há memória», Manuela Ferreira Leite defendeu o fim do Pagamento Especial por Conta (PEC), por si introduzido «como instrumento de combate à evasão fiscal», sendo favorável também à amortização do *goodwill* suportado na aquisição de outras empresas e avançou com a possibilidade de cortar dois pontos percentuais na taxa social única suportada pelas empresas (de 23,75 para 21,75 por cento). A também ex-ministra da Educação, que se manifestou contra a uniformização da fiscalidade a nível europeu, afirmou ser ainda fundamental que as empresas possam liquidar IVA no momento em que recebem dos seus clientes e não no momento de emissão da factura.

Empresários não admitem a instabilidade (Francisco van Zeller)

Francisco van Zeller, presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), debruçou-se sobre «A importância da fiscalidade no apoio às empresas.» O «patrão dos patrões» começou por referir que a sociedade e os cidadãos «têm de conviver com o pagamento de impostos, prática que existe há séculos» e acrescentou que o sistema fiscal «está muito baseado nos Técnicos Oficiais de Contas.»

O responsável máximo da CIP rejeitou uma eventual alteração no IRC para as empresas, visto que «a maioria destas pesa extremamente pouco neste imposto.» Van Zeller prosseguiu a sua linha de raciocínio ao afirmar que os «empresários não admitem a instabilidade», tendo referido que para as PME estarem em «pé de igualdade com as maiores empresas precisam de ajuda fiscal, de modo a minimizar obstáculos como o pagamento tardio das autarquias e o cumprimento moroso e burocrático de um sem-número de formalidades.» O presidente da confederação concluiu a sua intervenção em jeito de apelo ao Estado, pedindo para que se «retire trabalho lateral que sobrecarrega a vida das empresas», apostando-se em iniciativas de reconhecido sucesso, como é o caso da Informação Empresarial Simplificada (IES).

Fim dos «paraísos fiscais» (Jerónimo de Sousa)

O segundo líder partidário a expor as suas ideias foi Jerónimo de Sousa. O cabeça-de-lista da CDU às legislativas considerou «indispensável acabar com todos os “paraísos fiscais”», uma vez que são «espaços financeiros onde é feita a lavagem de capitais resultantes de actividades económicas ilícitas.»

Classificando como «excessivo» o peso dos impostos indirectos - 58 por cento das receitas fiscais do Estado -, nomeadamente o do IVA (33 por cento), o dirigente comunista defendeu que a taxa deste imposto deve baixar para 19 por cento, propondo também o fim das duplas tributações no imposto sobre produtos petrolíferos e imposto sobre veículos.



Jerónimo de Sousa, ao contrário de outros partidos, defendeu o aumento da taxa social única como medida de estímulo ao emprego, lembrando que «os custos laborais representam cerca de 20 por cento dos custos totais de uma empresa, menos que os custos de energia ou telecomunicações.»

Quanto ao IRC, defendeu a extinção do PEC, sugerindo também a redução da taxa de 25 para 22,5 por cento para as pequenas empresas e o agravamento para 27,5 por cento sobre os lucros empresariais superiores a 50 milhões de euros, desejando ainda garantir a cobrança de uma taxa efectiva de 20 por cento à banca.

«Consideramos necessária uma profunda revisão do Estatuto dos Benefícios Fiscais, visando a eliminação da generalidade dos benefícios concedidos a rendimentos e operações financeiras», sustentou ainda Jerónimo de Sousa, lembrando que, no ano passado, o Estado deixou de arrecadar três mil milhões de euros por esta via, o equivalente a 7,6 por cento das receitas fiscais totais, ao mesmo tempo que avançou com a ideia de um imposto geral sobre todo o património.

Aumento da fraude fiscal (Saldanha Sanches)

Numa comunicação bem disposta mas recheada, simultaneamente, de observações sérias e pertinentes, o fiscalista Saldanha Sanches defendeu que o agravamento da situação económica no último ano provocou um aumento da fraude fiscal em Portugal. «Estamos hoje perante um problema sério de receitas fiscais», afirmou, recordando também o conceito de «ilusão fiscal», algo que, em seu entender, se pode resumir à ideia de que «a despesa pública não será paga por nós, contribuintes.»

O fiscalista apresentou dados sobre receitas fiscais do Estado português em Julho de 2008 e no mesmo mês de 2009, que demonstram uma diminuição de receitas de 19,4 por cento. A maior quebra de colecta de impostos ocorreu com o IVA, que baixou 24,9 por cento, enquanto o IRC decresceu 22,8 por cento e o IRS 17,5 por cento. «O IVA caiu 25 por cento. Sabemos que o consumo em Portugal não caiu tanto», pelo que este é um sintoma «do grande aumento da fraude fiscal em Portugal.»

Saldanha Sanches analisou as propostas constantes nos programas eleitorais dos partidos concorrentes às eleições mostrando-se crítico face à maioria das intenções apresentadas, nomeadamente quanto à simplificação do regime fiscal. «Não me parece que venhamos a ter nenhuma simplificação nos próximos anos», considerou.

O fiscalista não terminaria a sua intervenção sem apresentar o «complicómetro», um modelo desenhado por si para avaliar as propostas fiscais dos partidos. «Na prática, não existirá qualquer mudança», concluiu.

Sete escalões no IRS: originalidade portuguesa (Paulo Portas)

Paulo Portas, presidente do CDS-PP, baseou a sua intervenção no pressuposto de que na próxima legislatura é preciso inaugurar uma «cultura política diferente em matéria fiscal.» O líder dos democratas-cristãos começou por alertar que «a eficiência fiscal atingiu a curva próxima do seu limite e está praticamente esgotada», denunciando que «a consolidação fiscal foi feita à custa do contribuinte, tendo o Estado pisado as regras e normas para obter receita forçadamente, violando direitos e garantias dos sujeitos passivos.»

Portas elencou algumas propostas fiscais para a nova legislatura: alteração das taxas de retenção, actualização urgente das estatísticas fiscais, terminar com um «conjunto de excepções e excepções às excepções» que se verificam no IRS e colocar um ponto final na penhora ilegal de



bens. Analisando o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, Portas defendeu que este deve ser um tributo «mais justo, mais amigo e mais simples», sendo necessário «diminuir a agressividade demonstrada no número de taxas e escalões existentes, o que torna difícil uma pessoa subir na vida fruto do seu trabalho.»

«Certos países da União Europeia têm um ou dois escalões, enquanto Portugal comete a originalidade de possuir sete escalões e ainda pretende complicar mais», concluiu.

Não à alteração profunda no sistema fiscal (José Gomes Ferreira)

José Gomes Ferreira, subdirector de informação da SIC, depois de ouvir algumas das propostas apresentadas pelos políticos deixou um pedido: «Não mexam agora no sistema fiscal de forma profunda. Qualquer alteração pode traduzir-se numa baixa de receitas. Se mexeram, arriscámo-nos a criar um problema orçamental grave. Nos últimos anos, sempre que isso foi feito, o resultado foi uma quebra de receitas.»

Analisando a fiscalidade portuguesa e a sua relação com a economia real, o jornalista desmontou a ideia de que o sistema fiscal, por si só, seja um factor de afastamento da entrada de capitais estrangeiros no País: «A França, por exemplo, está a ser citada como exemplo de equilíbrio entre a cobrança de impostos e a atracção de investimento», sustentou, ao mesmo tempo que levantou a bandeira do



combate à fraude fiscal, mostrando-se a favor «de um imposto mínimo para todas as empresas.» O apresentador do programa «Negócios da Semana» avançou ainda com a ideia de que «os mecanismos fiscais não podem ser a alavanca das políticas económicas» e exortou os responsáveis «a promover o pedido de factura. Resolveria muitos problemas de receita deste País.»

Contra a instabilidade nas estruturas fiscais (Francisco Louçã)

Francisco Louçã lamentou que a instabilidade do sistema fiscal seja uma constante. «É errada



a tentação de mudar frequentemente as regras e as estruturas fiscais. Deve ser feito em momentos raros e não todos os anos», declarou. O líder do Bloco de Esquerda (BE) denunciou ainda que «não há impostos justos sobre o património imobiliário» e que é urgente «simplificar o sistema fiscal, combatendo os benefícios excessivos e os desperdícios», tendo dado o exemplo da verba de mil 796 milhões de euros que o Estado abdica para a Zona Franca da Madeira e que daria para «pagar a construção de quatro hospitais.» Louçã defendeu que «uma política de redução do desperdício fiscal só se consegue através de um sistema tributário mais simples.» O coordenador do BE é de opinião que a «transparência do sistema fiscal deve transitar para a socieda-



de», devendo esse esforço ser da competência do executivo em funções.

Louçã destacou ainda que a competência dos Técnicos Oficiais de Contas, que «tão bem conhecem» as realidades e as dificuldades das empresas, os conflitos com o fisco, etc., podia ser potenciada caso a simplificação do sistema fosse aprofundada, em nome da maior transparência e para combater a fraude e a evasão fiscais.

Para terminar, Louçã voltou a enfatizar a necessidade de «valorizar o sistema fiscal» e dotá-lo de regras que «solidifiquem uma cultura contributiva mais solidária, onde existam direitos



e deveres, criando uma ideia de cidadania nas obrigações fiscais.»

Sistema fiscal é questão política (José Sócrates)

O secretário-geral do PS foi o último dos líderes a entrar em cena. Na bagagem, levava uma das notícias que os TOC há muito aguardavam: a confirmação, decidida na manhã desse dia, em Conselho de Ministros, da passagem da Câmara a Ordem. Num registo político, José Sócrates disparou ataques em todas as direcções lembrando, por exemplo, que o PSD promete baixar impostos que agravou quan-





José Sócrates felicita Domingues de Azevedo pela passagem da Câmara a Ordem, aprovada no próprio dia em Conselho de Ministros

do esteve no Governo e o Bloco de Esquerda de apresentar «propostas fiscais radicais» por «fanatismo ideológico.»

Numa intervenção longa, o primeiro-ministro sustentou que «o sistema fiscal é uma questão política e não apenas técnica» e recordou que «o combate à fraude e evasão é um dos pontos mais importantes no caminho da justiça fiscal.» Por isso, Sócrates não se esqueceu de lembrar que «estamos com o menor nível de incumprimento fiscal das últimas décadas», avançando, para o efeito, com números de muitos zeros: «Recuperamos, nos últimos dois anos, cerca de três mil milhões de euros de dívidas vencidas», aproveitando o assunto para responder aos que consideram a actualização da máquina fiscal eivada de prepotência: «Vejo muita gente a falar em exigência fiscal, mas todas as leis em Portugal dão direitos aos contribuintes.»

No capítulo da política fiscal foi ainda prometida, pelo primeiro-ministro, uma redução dos prazos na devolução do IVA e recordado o muito que foi feito, também, a nível da desmaterialização das declarações fiscais: «Temos cerca de 75 por cento dos contribuintes portugueses a entregarem as declarações pela In-

ternet. Estamos na linha da frente», enfatizou José Sócrates.

Emoção em dia histórico

As derradeiras palavras foram para Domingues de Azevedo. O responsável máximo da CTOC enalteceu a «conjugação de esforços» entre a Câmara e a rádio de informação e elogiou o «arrojo profissional» dos TOC que, ao participarem neste evento, demonstraram o seu interesse pelas temáticas discutidas e revelaram uma imagem e atitude consentâneas com uma classe profissional cada vez mais «informada.» Como não podia deixar de ser, a luz verde do Conselho de Ministros para a alteração do estatuto da CTOC não podia ser ignorada. «Trata-se de um dia histórico, em que os governantes consagraram na lei o mérito de nos organizarmos em Ordem profissional», afirmou. Visivelmente emocionado, Domingues de Azevedo pediu à assistência uma salva de palmas, em pé, para o primeiro-ministro. «Somos homens e também nos emocionamos», confessou. José Sócrates respondeu de forma sintética: «Cumprimos o nosso dever, este reconhecimento pecou apenas por tardio. Parabéns!» ■

Autarquias em busca de novo modelo de financiamento

Conferência CTOC /TSF: «A Fiscalidade no Poder Local»

Na sequência do êxito registado na conferência realizada em Lisboa, a parceria entre a CTOC e a TSF rumou ao Porto, no dia 1 de Outubro, para abordar, durante uma manhã, a «A Fiscalidade no Poder Local». A cerimónia de boas-vindas aos presentes, cerca de 600 profissionais que se deslocaram ao Seminário de Vilar, coube a Domingues de Azevedo, presidente da Câmara e Arsénio Reis, director-adjunto da rádio de informação. O responsável da CTOC salientou o interesse dos profissionais para «compreenderem e esclarecer-se sobre a fiscalidade nas autarquias locais.» Por seu turno, o jornalista da TSF destacou a «oportunidade» desta parceria num «momento de todas as decisões para a vida portuguesa.»

O insustentável peso da construção (Rui Rio)

Na sua condição de presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio protagonizou a primeira intervenção de fundo. «Não concebo uma gestão autárquica sem finanças equilibradas. É sagrado. Temos de ser sérios perante os credores. Sei que este é um discurso que é acompanhado, apenas na teoria, por alguns dos meus colegas autarcas», começou por afirmar, com a frontalidade que o caracteriza o edil portuense. «Estou na Câmara desde 2002 e quem me suceder pode ter a certeza que disporá de um or-



çamento para adoptar soluções políticas.» Rio prosseguiu a sua explanação afirmando que as autarquias «dependem do sector da construção numa parcela elevadíssima.» Só o IMI representa 23 por cento do total das receitas do município. «A receita mostra o nível de construção e não o nível de desenvolvimento do concelho assente numa gestão correcta e equilibrada», disse. Rui Rio criticou, sem rodeios, o modelo de financiamento das autarquias, classificando-o de «completamente errado», devido à dependência do IMI e do IMT. «Os autarcas são pressionados a deixar construir para terem um orçamento maior», referiu. Segundo o modelo proposto pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, as autarquias deviam receber uma percentagem de cada imposto cobrado, com o financiamento a espelhar a fiscalidade no concelho. Para concluir, Rio defendeu a redução do IMI, «demasiado pesado para um país com um mercado arrendamento pouco desenvolvido», e elogiou a Nova Lei das Finanças Locais, alterada pelo ex-ministro António Costa, pese embora entender que esta podia ser «mais apertada no que respeitava aos limites ao endividamento.»

Política fiscal geradora de riqueza (António Costa)

António Costa ouviu com atenção, em Lisboa, as palavras que lhe chegavam do Porto. Através de videoconferência – uma estreia nas iniciativas promovidas pela CTOC – o edil da capital reiterou muitos pontos defendidos por Rui Rio. «Os autarcas não são, intrinsecamente, a favor do despesismo», começou por lembrar, não resistindo depois a desfiar o rol de “desgraças” em que encontrou a Câmara Municipal de Lisboa em 2007. Costa lembrou, por exemplo, que parte do «elevado passivo» da câmara foi fruto de investimentos de longo prazo realizados na década de 90, ligados à erradicação das barracas da capital. Todavia, lembrou, outra parte só pode ser atribuída «à má gestão», recordando que entre 2002 e 2004 o passivo «duplicou mas a dívida



a fornecedores quadruplicou», o que conduziu o município a uma situação «de quase ruptura financeira.»

Entrando depois no capítulo da fiscalidade, António Costa não teve dúvidas em afirmar que «a receita fiscal deve ser cada vez mais independente da construção e mais dependente das receitas efectivamente geradas no município. Este processo é essencial para que a política fiscal seja geradora de riqueza.»

Tecendo elogios à Nova Lei das Finanças Locais, que «definiu o bom caminho e o bom sentido do que pode e deve ser realizado», Costa avançou com algumas medidas que gostaria de ver aplicadas. Defendeu, por exemplo, «mecanismos de competitividade fiscal entre municípios», lembrando que essa será também «uma forma de avaliar a gestão dos responsáveis autárquicos.»

O presidente da câmara da capital lançou ainda a ideia de que «a fiscalidade pode e deve ser aplicada como forma de desenvolvimento local», dando como o exemplo o facto de no corrente ano 63 municípios terem já fixado taxas de IRS inferior.

A possibilidade de cada concelho aplicar taxas diferenciadas de derrama em função do sector ou da dimensão da empresa, por exemplo, e a ideia de que deve ser dada maior autonomia aos municípios em matéria de fixação das taxas de IMI e IMT, foram mais duas medidas deixadas pelo ex-ministro.

A terminar, António Costa deixou a sugestão de que as câmaras devem avançar «com a tributação do Estado e de outras entidades públicas no que diz respeito ao património. Temos de avançar para a tributação integral, à excepção dos

edifícios afectos às questões de soberania. Isto ajudará a gerir melhor o património público.»

Maioria dos municípios não utiliza potencial da NLFL (Paulo Trigo Pereira)

Terminado o ciclo político, entrou-se na parte técnica. Paulo Trigo Pereira, coordenador da proposta técnica da Nova Lei das Finanças Locais (NLFL) apresentou uma comunicação intitulada «A Lei das Finanças Locais e o Poder Local: balanço e perspectivas.»

Este especialista defendeu a «sua» dama, afirmando que a lei tem muitas «potencialidades» mas que «grande parte dos municípios não as está a utilizar», recordando que a Lei das Finanças Locais foi um passo decisivo na alteração do paradigma da gestão autárquica, dos conceitos de endividamento, tendo contribuído ainda para o aumento da coesão territorial.

Numa apresentação longa e repleta de dados, Paulo Trigo Pereira considerou surpreendente o facto de larga maioria dos municípios (245) preferir «ficar com a receita para si do que diminuir a carga fiscal nos seus municípios.» Na opinião de Trigo Pereira, as duas principais câmaras do país, Porto e Lisboa, deviam «ponderar claramente a possibilidade de atrair população através de uma baixa de IRS», uma vez que têm vindo a registar sucessivos declínios de habitantes. Contudo, este professor universitário considerou também que tal medida não será exequível a curto prazo, «dado o nível de endividamento das duas autarquias.»

Olhando depois para a derrama, Paulo Trigo Pereira afirmou que «há municípios que utilizam correctamente este instrumento, percebendo que uma ligeira baixa da taxa pode aumentar a receita fiscal, se atrair novas empresas, e discriminando positivamente as pequenas empresas, com a taxa reduzida.»





Relativamente aos impostos sobre o património, o especialista disse que o IMI foi alterado para tornar «mais justa a tributação do património e não para aumentar a carga fiscal sobre os municípios», lembrando que o mesmo duplicou em apenas seis anos. Quanto ao IMT classificou-o como «ineficiente e injusto» e defendeu a sua redução.

Trigo Pereira passou também em revista o endividamento, a descentralização de competências, a melhoria na *accountability* e as transferências do Orçamento do Estado e a despesas municipal, recordando a este propósito que «as regras orçamentais influem, por vezes de forma determinante, na estrutura da despesa municipal.» Por outras palavras, «a estrutura das transferências do OE tem um impacto na estrutura das receitas municipais tanto maior quanto maior for o grau de dependência municipal das receitas do OE.» A finalizar, Paulo Trigo Pereira defendeu que «as leis não devem ser mudadas com frequência» e que o futuro passa, por «diminuir a dependência das receitas municipais do imobiliário (IMI, IMT), introduzindo uma parcela fixa do IRS, a complementar a actual participação variável, sendo os municípios mais pobres compensados no sistema de perequação.»

Fiscalidade como principal fonte de receita (João Carvalho)

João Carvalho debruçou-se sobre «Os Municípios Portugueses: Evidências em Números», declarando que da Contabilidade autárquica espera-se «a obtenção de informação útil, oportuna, fiável e simples.» Presente no Seminário de Vilar na qualidade de académico e coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, cuja quinta edição está em preparação e deverá ser apresentada dentro de seis meses, Carvalho começou por referir que a principal

fonte de receita dos municípios deriva da fiscalidade. O coordenador do Anuário Financeiro escalpelizou vários dados apurados na quarta e última edição da «radiografia» aos municípios, estimando em seis mil e 600 milhões de euros o volume de dívidas das autarquias, o que representa cerca de 660 euros por habitante, sendo que metade do total da dívida está concentrada em 30 câmaras municipais. Todavia, a dívida tem sido «contrabalançada por um claro aumento da receita.» João Carvalho alertou, contudo, que a crise económica «implicará, de futuro, uma redução das receitas municipais, nomeadamente ao nível da cobrança de impostos.» Carvalho elencou, seguidamente, as consequências desta dificuldade: «As autarquias ver-se-ão obrigadas a reduzir as despesas, nomeadamente as de capital e de investimento, terão de ser mais eficazes na cobrança de impostos e evitar os orçamentos inflacionados na óptica da receita.»

Previsão de receita fraudulenta (Daniel Bessa)

Daniel Bessa centrou a sua intervenção na «qualidade da informação prestada pelos Técnicos Oficiais de Contas.» O presidente do Gabinete de Estudos da CTOC (GECTOC) frisou a necessidade de «reforçar normativos e robustecer a profissão contra o mínimo risco de atropelo ou discricionariedade vinda de um cliente directo.» Sobre a componente fiscal nas autarquias, o economista constatou que tem vindo a aumentar, tendo ressalvado que existe, por parte dos responsáveis municipais, a «propensão inata para fazer crescer a despesa. Este é um “mundo” estruturalmente ameaçado por desequilíbrios financeiros sérios e informação menos transparente.» Bessa defendeu mais rigor na informação





O papel da Fiscalidade na gestão financeira dos municípios esteve em análise no Seminário de Vilar

dos fluxos financeiros com vista a criar uma espécie de «embrião da Contabilidade Analítica.» Daniel Bessa denunciou que a previsão de receita na gestão dos municípios é, muitas vezes, «fraudulenta e incumprida. Na administração local a previsão de receita devia ser certificada por alguém que não fosse político. Era um grande passo para a profissão de TOC. Estou de acordo, em abstracto, com a organização da vida municipal em empresas, mas admito que a informação perde transparência. Com uma Contabilidade Analítica estamos perto do resultado mais próximo do interesse público», disse o

académico, que deixaria uma mensagem aos TOC: «Está nas vossas mãos abrir as frentes para melhorar a informação prestada, credibilizando a profissão e o trabalho com os vossos clientes directos.» A conferência, que se saldou por assinalável êxito, caminhava a passos largos para o fim. Arsénio Reis congratulou-se com «o sucesso da parceria com a CTOC» e Domingues de Azevedo assegurou que iniciativas deste género «abrem novos horizontes à profissão», ao mesmo tempo que se confessava um «inconformista», esperando que, com isso, «a profissão ganhe e progrida.» ■

«Clube TOC Golfe» dá primeiros passos

Informações através do *site*

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas aprovou a criação do «Clube TOC Golfe», em sintonia com a Federação Portuguesa de Golfe. Como primeiro passo, pretende ter-se uma ideia dos Técnicos Oficiais de Contas que praticam o desporto e que estariam interessados em participar no processo de criação do clube. Refira-se que esta ideia é aberta a todos os TOC ou seus familiares, bem como aos estudantes de

Contabilidade e todos aqueles que, de forma mais abrangente, estejam ligados ao universo dos TOC.

Após se ter uma noção mais aproximada do número de interessados e da sua proveniência, serão divulgadas as condições de adesão e respectivo benefício. O pedido de informações estará, em breve, disponível, no *site* da CTOC. ■

Calendário de exames de avaliação profissional para 2010

Três exames em todo o território nacional

Por proposta da Comissão de Inscrição, aprovada pela Direcção, informa-se os eventuais interessados que no próximo ano se realiza-

rão três exames de avaliação profissional, em todo o território nacional, nas seguintes datas: 13 de Março; 26 de Junho e 30 de Outubro. ■

«Conselho Fiscal» na TSF

Programa da CTOC mantém-se na nova grelha da rádio de informação

O programa «Conselho Fiscal» retomou as suas emissões no passado dia 14 de Setembro. Após a pausa de Verão, a colaboração dos juristas e consultores da Câmara em matéria de conselhos úteis no domínio da fiscalidade para os ouvintes da rádio de informação mantém-se na nova grelha da TSF, sendo transmitida cinco dias por semana e duas vezes por dia, às 7h20 e às 18h45. A locução continua a cargo dos colaboradores da CTOC, Paula Franco, João Antunes, Sandra Bernardo e Amândio Silva. No período compreendido entre 14 de Setembro e 9 de Outubro, os temas abordados foram os seguintes: «Regime de responsabilidade tributária»; «Acesso à informação bancária na luta contra a fraude e evasão fiscal»; «Excepções do direito à dedução do IVA»; «Gestão de bens activos para efeitos de tributação»; «Contestação

a processos de contra-ordenação fiscal»; «Contabilização pelo justo valor de activos»; «Jovens maiores de 18 anos dependentes do agregado familiar»; «Alteração das regras de concurso de contra-ordenações»; «Conceito de residente fiscal»; «Custos e deduções possíveis na recolha de células estaminais»; «Novo regime de incentivos fiscais para abate de veículos»; «Tributação em IVA de prestações de serviços de consultoria transfronteiriças»; «Isenções fiscais para protésicos dentários»; «Apoio das empresas às famílias e deduções fiscais»; «Capital próprio das empresas»; «Procedimento especial de extinção imediata de sociedades comerciais»; «Segundo pagamento por conta»; «Entraves ao pagamento de lucros» e «Níveis de aplicação do SNC.» A totalidade dos programas já emitidos pode ser escutada nos *sites* da CTOC e da TSF. ■

Concorrência fiscal na União Europeia

Novo livro de António Carlos dos Santos

L'*Union Européenne et la Régulation de la Concurrence Fiscale* é o título da mais recente obra de António Carlos dos Santos. Com quase 700 páginas, e com prefácio do professor Jacques Malherbe, este livro apresenta uma visão ampla da fiscalidade na União Europeia. A primeira parte procura encontrar uma resposta para a questão da concorrência fiscal, analisando o tema sob o ponto de vista económico, jurídico e político. A segunda parte, intitulada «O Código de Conduta sobre a fiscalidade das empresas: a política sem direito?» é consagrada à génese do Código, em particular à análise do conteúdo dos seus trabalhos preliminares e, entre outras matérias, ao sistema de controlo das medidas fiscais prejudiciais. A terceira parte desta obra («A re-



gulação dos auxílios fiscais: o direito sem política?) é dedicada à análise crítica dos princípios que regem os auxílios de Estado, à questão da adaptação do conceito de auxílio de Estado às medidas fiscais e à distinção entre auxílios fiscais e conceitos análogos. O epílogo tenta responder à questão da relação entre a regulação efectuada pelo Código de Conduta e pelo regime dos auxílios fiscais.

António Carlos dos Santos é doutorado em Direito pela Universidade de Louvain-la-Neuve (Bélgica) e professor da Universidade Autónoma de Lisboa, bem como colaborador do IDEFE/ISEG e do IDEFF/FDUCL. É também membro do Gabinete de Estudos da CTOC e foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XIII Governo Constitucional. ■

IV Conferência Internacional CTOC/IDEFF

30 e 31 de Outubro, em Lisboa e Santa Maria da Feira

«**P**roblemas Contabilísticos e Fiscais das PME» é o tema da IV conferência internacional organizada pela CTOC, através do seu Gabinete de Estudos e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF).

Pela primeira vez, este evento realiza-se em duas localidades distintas, a 30 de Outubro, em Lisboa, no Centro de Congressos da capital e, no

dia seguinte, no Europarque de Santa Maria da Feira. Na sessão de abertura está confirmada a presença do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, bem com de reputados especialistas nacionais e internacionais.

As inscrições, que deverão ser efectuadas exclusivamente no *site* da Câmara, custam 50 euros e conferem 12 créditos, no âmbito do Regulamento do Controle da Qualidade. ■

PROGRAMA

8:30 – 9:00h	Recepção e entrega da documentação
9:00 – 9:15h	Sessão de abertura Presidente da CTOC: Domingues de Azevedo Presidente do IDEFF: Eduardo Paz Ferreira Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
9:15 – 10:45h	Tema 1 – Simplificação contabilística das PME Moderador: António Pires Caiado Orador: Domingos Cravo Comentador: Avelino Antão
10:45 – 11:00h	Pausa para café
11:00 – 12:30h	Tema 2 – Tratamento contabilístico das PME em Espanha Moderador: Isabel Silva (IGF) Orador: José Luís Iglésias Sanches Comentador: José Rodrigues de Jesus
12:30 – 14:30h	Almoço
14:30 – 16:00h	Tema 3 – Fundamento da diferenciação de tratamento fiscal das PME Moderador: Carlos Santos Orador: José Carlos Gomes Santos / Cidália Lopes Comentador: Maria dos Prazeres Lousa (*)
16:00 – 16:15h	Pausa para café
16:15 – 17:45h	Tema 4 – Fiscalidade comparada das PME Moderador: José Xavier de Basto Orador: João Amaral Tomaz Moderador: João Durão
17:45 – 18:00h	Conclusões
18:00h	Sessão de encerramento Presidente do Gabinete de Estudos da CTOC – Daniel Bessa

(*) A confirmar

Formação específica sobre o SNC mobiliza profissionais

Livro sobre o novo sistema será vendido

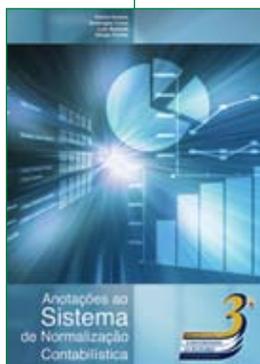
A profissão de Técnico Oficial de Contas é das mais exigentes e que requer uma permanente actualização. A volatilidade das matérias relacionadas com a profissão, obriga a uma reciclagem de conhecimentos cada vez mais frequente. Atenta esta realidade, e considerando a novidade chamada SNC, a Câmara concebeu um conjunto de acções de formação, disponibilizando-o de forma gratuita aos seus membros, com o objectivo de facilitar a aprendizagem e a compreensão destas matérias.

Nas acções de formação que tiveram lugar nas sede de distrito participaram cerca de 35 mil profissionais, número que engloba também cerca de 7 500 colaboradores dos TOC. Para se ter uma ideia mais sustentada da dimensão desta formação, só em Lisboa foram organizadas sete sessões, todas completamente esgotadas, o que totaliza cerca de nove mil TOC. Outra iniciativa da Câmara, ainda no âmbito do novo normativo contabilístico, foi a criação das

«Noites SNC.» Um espaço de duas horas onde em todas as sedes de distrito, uma vez por mês, se procura explicar o que é o SNC, de que se compõe, bem como as bases jurídicas e profissionais em que assenta.

Nestas sessões, atendendo ao elevado número de interessados, que superou os cerca de quatro mil membros nas tradicionais reuniões livres, para cerca de 14 mil, foi necessário reequacionar o espaço da sua realização, obrigando a utilizar, em termos globais, os mesmos locais que têm sido utilizados nas formações eventuais.

Sobre o livro «Anotações ao SNC», distribuído no III Congresso e que está disponível na «Pasta TOC», informa-se os membros que o pretenderem adquirir em suporte de papel que devem dirigir-se à sede da CTOC ou às representações permanentes, mediante o pagamento de 10,5 euros, com IVA incluído. ■



Plano global de formação

Mês	Tipo	Código	Tema
Outubro	Eventual	EV0309	Contabilidade pública; Fiscalidade em função dos documentos publicados
	Eventual	EV0409	SNC – Exemplos práticos
	Segmentada	SEG0709	Ajustamentos, provisões e anulações de dívidas
	Segmentada	SEG0909	SNC – Pequenas entidades
	Permanente	PER0609	Convenção modelo OCDE para evitar dupla tributação
	Reunião Livre	RL1709	Livre
	Reunião Livre	RL1809	Livre
	Reunião Livre		Noites SNC
	Distância	DIS2609	SNC - Adopção pela primeira vez das NCRF
	Distância	DIS2709	IRC - Alterações na sequência da adopção do SNC
	Distância	DIS2809	Peritagem contabilística e fiscal
	Distância	DIS2909	Contencioso tributário
Conferência		Problemas contabilísticos e fiscais da PME	
Novembro	Segmentada	SEG0809	O reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos tangíveis e intangíveis (actual normativo vs. SNC)
	Permanente	PER0709	O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (CIRC)
	Reunião Livre	RL1909	Livre
	Reunião Livre	RL2009	Livre
	Reunião Livre		Noites SNC
	Distância	DIS3009	Contabilidade orçamental na Administração Pública
	Distância	DIS3309	SNC - Activos correntes
	Distância	DIS3109	SNC - Preparação das demonstrações financeiras
Distância	DIS3209	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC	
Dezembro	Reunião Livre	RL2109	Livre
	Reunião Livre		Noites SNC
	Segmentada	SEG1009	Localização das operações de serviços

Novidades sobre o SNC no site

Informação agregada sobre a temática

Prosseguindo a política de apoio aos membros, a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas disponibiliza no seu *site*, no sector reservado aos profissionais, um fórum específico para debate de questões e dúvidas relacionadas com o SNC. Da informação agregada, consta toda a legislação sobre o SNC, decretos, portarias e avisos, bem como literatura diversa, nomeadamente o livro de «anotações» lançado no

Congresso, bem como artigos e opiniões de especialistas sobre as questões mais pertinentes. Atendendo à proximidade da sua entrada em vigor, a Câmara irá encomendar a elaboração de um manual de aplicação da norma do SNC pela primeira vez.

Este documento ficará também disponível na página da Câmara na Internet para ser consultado pelos membros. ■

Membros estagiários já se podem inscrever

Igualdade de condições para todos os TOC

Nos termos do Regulamento de Estágio e Exame, com o objectivo de preparar os membros para o efectivo exercício da profissão, foi conferido aos TOC estagiários o direito de participar, nas mesmas condições dos membros já inscritos, nas acções de formação promovidas pela CTOC.

Não obstante a consagração daquele direito, os mecanismos informáticos ainda não se encon-

travam preparados para responder à inscrição de estagiários, impedindo-os na prática de participarem nas acções e eventos realizados pela CTOC.

A partir do corrente mês os Técnicos Oficiais de Contas estagiários já podem inscrever-se em todas as acções levadas a cabo pela CTOC, pagando, como é natural, o preço estabelecido. ■

Câmara e «Diário Económico» assinam protocolo de colaboração

Parceria envolve realização de conferências sobre fiscalidade

A CTOC e o «Diário Económico» rubricaram um protocolo de colaboração. O documento, assinado pelo presidente da CTOC e o director do título da Ongoing, António Costa, prevê, nomeadamente, a realização de conferências conjuntas no âmbito da Fiscalidade, bem como a periódica colaboração da entidade reguladora da profissão naquele jornal especializado. ■

